

Arpilleras e as práticas artísticas contra-hegemônicas

Aline Alessandra Zimmer da Paz Pereira¹

 0000-0002-7224-4966

Como citar:

In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 15, 2021, virtual. **Atas do XV Encontro de História da Arte**. Campinas: IFCH/UNICAMP, n. 15, 2021.

DOI: 10.20396/eha.15.2021.4655

Resumo

Este artigo discute as *arpilleras* produzidas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) a partir dos conceitos de educação popular e de contra-hegemonia. *Arpillera* é um tipo de bordado, originado no Chile, feito a partir da juta e popularizado por Violeta Parra. Mais tarde, na ditadura, foi um meio de resistência, em que mulheres bordavam com retalhos das roupas dos entes desaparecidos. No Brasil, a técnica é retomada pelo MAB para debater as contradições do modelo energético em vigor.

Palavras-chave: *Arpilleras*. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Contra-hegemonia.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da UFRGS, com orientação da Prof^a. Dr^a. Daniela Kern.

Introdução – ou como dar nome às coisas

bell hooks, em *Ensinando a transgredir*, diz que “não é fácil dar nome à nossa dor, teorizar a partir desse lugar”². Se a técnica das *arpilleras* é uma metodologia de educação popular feminista latino-americana, que nasce do desejo de compor um testemunho, de expressar aquilo que com palavras é difícil de dizer, me parece que a fala de hooks toca no cerne da questão. Parece-me justo também, antes de teorizar o que quer que seja a respeito do método da *arpillera* e de suas conexões com o campo da arte, olhar para essa imagem-testemunho.



Figura 1:

Coletivo Nacional de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), **Onde estão nossos direitos?**, 2013.

Arpillera brasileira, Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Foto: Vinícius Denadai

Numa das primeiras *arpilleras*³ confeccionadas por mulheres integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), vemos um mapa amarelo do Brasil costurado sobre um pano marrom. Esse mapa carrega consigo uma bandeira preta, próxima da Amazônia, onde se lê “privado”, e diversos apliques, alguns, sobrepostos por linhas vermelhas em “x”. Mais adiante, num tecido azul que se dobra em ondas, se pergunta: “Onde estão nossos direitos?”.

² HOOKS, b. *Ensinando a transgredir*: educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013, p. 103.

³ *Arpillera* é um aplique bordado manualmente sobre um suporte de pano feito a partir da juta ou aniagem, que é um tecido rústico utilizado na composição de sacos para transporte de alimentos. Em inglês, este tipo de tecido é conhecido por *burlap*, e em português pode receber o nome de serapilheira.

O mapa do Brasil, imerso nessa grande barragem, carrega consigo apliques de casas, árvores e pessoas. Num deles, duas mulheres estão dentro de um cercado, enquanto um homem, do lado de fora, parece sorridente ao carregar muitas coisas em seus braços, entre elas, um papel com um cifrão. Ao lado, na parte nordeste, três cabeças femininas estão privadas, cada uma, de um sentido: de olhos vendados, com a boca amarrada ou com pontos de interrogação acima da cabeça. No centro deste Brasil, três casas estão cortadas por grande “x” em linha vermelha, e uma mulher, alta de cabelos loiros, segura outra figura feminina de pele escura que veste um macacão – seria uma criança? No sudeste do mapa, uma moça de vestido rosa e cabelos pretos jaz ao lado de uma árvore. Não vemos seu rosto, mas há flores perto dela. Mais ao sul deste Brasil, uma figura feminina cortada em “x” é sobreposta a um tecido marrom com alguns detalhes em verde, como numa plantação.

Ao olhar para a imagem que materializa as angústias de um grupo atingido por um problema social, cabe, talvez, fazer duas perguntas. A primeira delas é: quando se é atingido por uma barragem? Ou melhor, qual é a imagem que temos quando se fala em “atingidos por barragens”? Possivelmente, é a imagem de uma reportagem televisiva ou da internet, de uma cidade inteira tomada pela lama. Uma barragem rompida, que leva embora a vida das pessoas, seus afetos e memórias com aquele lugar.

Todavia, engana-se quem pensa que se é atingido por barragem somente quando ela se rompe. O relatório produzido pelo MAB e intitulado *Criminalização contra os defensores de direitos humanos na implantação de hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai*, de dezembro de 2005, informa que, num período de 40 anos, mais de um milhão de brasileiros foram expulsos de suas terras pela construção de mais de duas mil barragens, ocasionando prejuízos econômicos, sociais, culturais e ambientais a milhares de famílias⁴. Prejuízos esses que são vividos quando o projeto se anuncia – algo que pode se estender por anos –, no momento de sua construção e também durante o seu funcionamento.

A partir dessas denúncias, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos organizou um grupo de trabalho que realizou visitas a sete barragens pelo Brasil. O trabalho resultou em um relatório⁵, publicado em 2010, em que se identificam 16 direitos⁶ que são sistematicamente violados, afetando, sobretudo, as mulheres – através da desagregação dos laços comunitários e redes de apoio, assim como do não reconhecimento de direitos por não serem as “proprietárias” das moradias atingidas que, geralmente, estão no nome dos homens. Além disso, quando uma área abriga um empreendimento desse porte, o

⁴ CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. Comissão Especial “Atingidos por Barragens”. **Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://mab.org.br/wp-content/uploads/2020/06/RELATO%CC%80RIO-DE-DH-Atingidos_relatoriofinalaprovadoemplenario_22_11_10.pdf. Acesso em: 14 out. 2021.

⁵ *Ibidem*.

⁶ Entre eles, estão o direito à moradia, à educação, à informação e à justa negociação, à preservação dos modos tradicionais de vida e aos laços comunitários.

Estado interrompe o investimento em políticas públicas – como estradas, escolas e postos de saúde – na região vizinha à barragem. Diversas vezes, a comunidade já não tem acesso ao rio, de onde tira seu sustento, nem à prometida eletricidade. Aumento da violência, da exploração sexual, do sofrimento psíquico da comunidade e não reconhecimento do trabalho doméstico e camponês também figuram entre os problemas. O prejuízo começa muito antes de um rompimento.

A segunda pergunta já não é *quando* se é atingido por barragem, mas *quem* é atingido por uma barragem. Apesar de ser relativamente barato produzir energia no país, segundo a Agência Internacional de Energia (International Energy Agency), em um *ranking* publicado em junho de 2020⁷, o Brasil possuía a segunda maior tarifa elétrica residencial, atrás somente da Alemanha. Guardadas as proporções, o povo brasileiro é atingido como um todo pelas contradições desse modelo energético.

Contradições essas que atingem, sobretudo, as mulheres e a classe trabalhadora. O que se buscou fazer a partir dessas constatações nos abre espaço – agora sim – para o aprofundamento da história e da teoria. Vamos a ela.

Sobre a culminação de um processo

O Movimento dos Atingidos por Barragens completou, em 2021, 30 anos de existência. O MAB faz parte da Via Campesina, organização internacional autônoma e pluralista, que articula 182 organizações camponesas em 81 países, representando cerca de 200 milhões de pessoas⁸. Jéssica Portugal (2018)⁹ explica que o MAB é fruto da fusão de diversos grupos de atingidos que atuavam nas regiões afetadas por projetos de hidrelétricas. A Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), por exemplo, organizava desde 1987 as populações atingidas, no Sul do Brasil, pelas hidrelétricas de Machadinho e Itá. Em parceria com o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR-CUT), a CRAB organizou encontros com outros grupos regionais, que resultaram, em 1989, no Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, em Goiânia/Goiás. Dois anos depois, em

⁷ IEA. **Residential electricity prices in selected economies**. Paris, 2018. Disponível em: <https://www.iea.org/data-and-statistics/charts/residential-electricity-prices-in-selected-economies-2018>. Acesso em: 24 out. 2021.

⁸ VIA CAMPESINA. [Site oficial]. [Harare], 2021. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2018/03/List-of-members.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

⁹ PORTUGAL, J. **Memórias de Resistência**: arte e oralidade de mulheres atingidas pela UHE Belo Monte (PA). 2018. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&i_d_trabalho=6829278. Acesso em: 26 set. 2020.

14 de março de 1991, no primeiro Congresso Nacional de Atingidos por Barragens, em Brasília, o MAB foi fundado oficialmente. A data também marca o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens¹⁰.

No início dos anos 2000, a Comissão Mundial de Barragens visitou o Brasil e identificou uma série de violações que se repetem nos locais onde os projetos de barragens tomam forma. Anos depois, em 2007, o MAB passou a reunir um grupo de mulheres a nível nacional, para discutir o padrão de violações que percebiam a partir dos relatos das comunidades, posteriormente, sistematizados pelo relatório de 2010. Cerca de 40 mil pessoas estão organizadas no MAB, articuladas a partir de grupos de base – em muitos deles, as mulheres são as principais referências.

Esther Vital, psicóloga e produtora cultural que contribuiu com a Coordenação Nacional das Mulheres do MAB no Brasil, relata a dificuldade do movimento em trabalhar assuntos como gênero e direitos humanos nas comunidades de base¹¹. Vital, que já era familiarizada com as *arpilleras* antes de colaborar com o movimento, convidou algumas companheiras para visitarem a exposição *Arpilleras da Resistência Política Chilena*¹², com curadoria de Roberta Bacic¹³, realizada no Memorial da Resistência de São Paulo em 2011, ocasião na qual o grupo também participou de uma oficina. Esta mesma exposição foi contemplada, em 2012, no edital promovido pelo Marcas da Memória, da Comissão da Anistia, percorrendo Brasília e quatro capitais.

As *arpilleras* têm uma história antiga: nascidas na periferia de Isla Negra, no litoral chileno, foram popularizadas por Violeta Parra (1917–1967) na década de cinquenta, que as definia como “canções que se pintam”. Durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973–1990), mães, esposas e filhas de desaparecidos chilenos encontraram na técnica da *arpillera* um modo de compartilhar suas dores, denunciar os horrores da ditadura e também uma forma de sustento. Feitas a partir da juta, uma fibra têxtil utilizada no material para transportar alimentos, as *arpilleras* variavam em tamanho e recebiam apliques com os retalhos das roupas dos entes desaparecidos. Havia iniciativas ligadas a associações ecumênicas¹⁴ e de promoção dos direitos humanos que ofereciam oficinas da técnica.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ VITAL, E. Arpilleras y empoderamiento: de afectadas a defensoras de derechos humanos. In: LA EMBARCADA ARTIVISTA: Arteterapia y artivismo. **Atas...** Foro de la Paz de la Capital Europea de la Cultura Donostia-San Sebastián, Fundación Museo de La Paz de Guernica, 2016. Disponível em: https://issuu.com/gernikagogoratuz/docs/embarcada_itsasoratze_artibista. Acesso em: 21 ago. 2020.

¹² ARPILLERAS DA RESISTÊNCIA POLÍTICA CHILENA. Curadoria: Roberta Bacic. Apresentação: Paulo Abrão – Brasília - Biblioteca Nacional, 2012. Catálogo. Disponível em: <https://arpillerasdaresistencia.files.wordpress.com/2012/01/catalogo-eletronico-arpilleras1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

¹³ Roberta Bacic (Chile, 1949) é graduada em Filosofia e em Inglês. Realiza exposições de *arpilleras* pelo mundo desde 2008. Vive e trabalha na Irlanda do Norte.

¹⁴ Algumas dessas instituições foram o Comitê Pró-Paz, o Vicariato de Solidariedade e a Fundação Social de Ajuda das Igrejas Cristãs (FASIC).

Os trabalhos foram um importante meio de comunicação entre o povo chileno e agentes internacionais – exportadas via correio para países como a França, por intermédio de pessoas ligadas a associações ecumênicas, galerias e críticos da ditadura chilena – a fim de publicizar o que acontecia no país. Ainda que, inicialmente, passassem despercebidas pelos órgãos censores, logo foram tidas como subversivas e antichilenas.

No Brasil, a partir de uma convocatória da União Europeia para selecionar projetos de desenvolvimento e direitos humanos, o MAB apresentou um projeto de documentação e denúncia dos direitos violados nas populações atingidas por barragens em 11 estudos de caso¹⁵. Como ação concreta para abordar questões de gênero, foi proposta a realização de oficinas de *arpilleras*. Hoje, elas são usadas como ferramenta não só de congregação do movimento, mas também como diagnóstico das problemáticas nas comunidades atingidas. Nas oficinas, as mulheres organizadas do MAB tomam conhecimento da resistência chilena, discutem suas preocupações, cotidianos e percepções de vida, através da construção conjunta da *arpillera*.

O uso das *arpilleras* dentro do coletivo de mulheres é um processo intencionado, que parte do individual, mas que se faz coletivo, contribuindo para o empoderamento das mulheres afetadas pelas barragens, num esforço para produzir transformações sociais nas relações assimétricas de poder¹⁶. Desde então, mais de 2 mil mulheres já produziram *arpilleras* no âmbito do MAB. Além de exposições em museus, universidades e outros órgãos públicos como Tribunais de Justiça – com destaque para a exposição *Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência*¹⁷, de 2015 –, o MAB também produziu um filme¹⁸ que apresenta as histórias de mulheres atingidas das cinco regiões do país, através da construção em conjunto de uma *arpillera*. É importante ressaltar que, no MAB, existe uma preocupação não só em garantir os direitos das populações atingidas, mas também a soberania, a distribuição da riqueza e o controle popular das fontes de energia.

¹⁵ VITAL, *Op. Cit.*

¹⁶ *Ibidem*, p. 259.

¹⁷ ARPILLERAS: atingidas por barragens bordando a resistência. Memorial da América Latina, 2015. Catálogo. Disponível em: https://issuu.com/mabnacional/docs/cat__logo_mab_arpilleras_bordando__/28. Acesso em: 22 ago. 2020.

¹⁸ ARPILLERAS: atingidas por barragens bordando a resistência. Documentário. Direção do Coletivo de Mulheres do MAB, 2017. 103 min, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PEu-AATb3TU> Acesso em: 21 jul. 2020.

Por uma filosofia da práxis

As *arpilleras* parecem ser um bom exemplo de Trabalho de Base. Num dos cadernos de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Ranulfo Peloso coloca que uma experiência popular é eficaz quando:

- [...] anima e apaixona as pessoas, resgatando sua identidade e dignidade (autoestima) – e a postura de protagonista, gente capaz de andar com os próprios pés.
- Quando mobiliza porque rompe a situação de dormência, fatalismo e a sensação de impotência gerada pela dominação.
- Quando aumenta o grau de consciência e de apropriação dos conteúdos e do método.
- Quanto capacita, política e tecnicamente, a militância para atuar sobre realidade através da experimentação direta e permanente.
- Quando qualifica militantes e educadore(a)s à uma *reprodução criativa*, que se assume como parte e se tornam multiplicadore(a)s.
- Quando canaliza as lutas de emancipação para um projeto, alternativo à inclusão capitalista, onde não há lugar para a classe oprimida e onde o caminho é a competição entre superiores e inferiores.¹⁹

Para além de um possível efeito terapêutico que a construção conjunta da *arpillera* pode proporcionar, as *arpilleras* ampliam a discussão das mulheres a respeito de vários temas: como sua realidade cotidiana é impactada pelas barragens, as violações sofridas em função de sua posição de classe e de gênero, que outro mundo gostariam de construir. Assim, através de uma atividade coletiva organizada, o movimento busca conhecer a si, sua história e a história dos seus, escrevendo e bordando a própria memória.

Daiane Höhn, coordenadora do MAB, em entrevista concedida em outubro de 2021 para esta pesquisa, relatou o trabalho das oficinas de *arpilleras* com as mulheres indígenas do Tapajós:

[...] às vezes a gente tem até um “receituário”, então primeiro a gente reúne as mulheres, discute com as mulheres e depois desenha no papel e aí depois vai para o pano, a gente tenta fazer mais ou menos isso. Só que às vezes não é assim. O trabalho popular inverte as coisas. Então, por exemplo, quando a gente foi fazer lá no Tapajós, lá no meio da Amazônia, no Pará, [...] a gente começou a fazer a peça e depois que a gente começou a conversar. Porque a gente começou a bordar a realidade das indígenas, como é que é a realidade, o que tem ali, como é que é a vida delas e aí depois elas foram pegando confiança na gente, no sentido de saber que nós éramos uma organização séria e que queria discutir o impacto desses grandes projetos na vida das mulheres e como é que a gente ia juntas costurando essa mensagem que a

¹⁹ PELOSO, R.; BOGO, A. **Método de Trabalho de Base e Organização Popular**. Setor de Formação, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2009, p. 31-32.

gente gostaria de expressar. [...] a gente começou a discutir que as barragens impactam a vida das mulheres em especial, [...] impactos na água, impactos na energia, impacto na vida das próprias mulheres, na relação, na comunidade, na perda dos laços comunitários, enfim. Tudo isso a gente ia discutindo, então o trabalho popular é isso, **o trabalho de base é assim, ele começa da porta que se abre**, então a porta que se abriu foi começar juntas com as mulheres indígenas a bordar, escrever a realidade delas e a partir disso a gente começou a fazer o processo de resistência [...]”²⁰

Novamente, retomando o caderno de formação a respeito do Método de Trabalho de Base, coloca-se que é fundamental conhecer o território, sua linguagem, potencial, carências e história de resistência: “é a condição para atuar lá onde acontece a exploração e envolver as pessoas interessadas nesse processo partir da ‘porta que [o] povo oferece’”²¹.

Uma das hipóteses desta pesquisa é pensar como as *arpilleras* podem se constituir como uma prática artística contra-hegemônica. Como projeto de educação popular, existe ali uma disputa pela hegemonia. Nos *Cadernos do Cárcere*, Antonio Gramsci afirma que “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais”²².

Para o pensador sardo, conforme a sociedade civil se desenvolve, o Estado passa a unificar sua dominação não só através da força, mas também através do consenso. Jornais, partidos, parlamentos e instituições de ensino são exemplos de aparatos privados que contribuem para a construção da hegemonia. Não reduzindo seu significado como sinônimo de ideologia, pode-se dizer que fazem parte da hegemonia as condições materiais através das quais as ideias tornam-se dominantes.

O pensamento de Gramsci é relevante para muitos campos do saber, como as ciências sociais, a educação e também a arte e a cultura. Nesta última, trago como exemplo Raymond Williams, pensador dos Estudos Culturais. Em sua produção teórica, Williams não só retoma o conceito gramsciano de hegemonia, para produzir uma descrição acurada do processo de produção e reprodução da cultura, como também elabora o conceito de contra-hegemonia.

Pode-se dizer que contra-hegemônico é o que propõe uma concepção de mundo alternativa, fazendo assim uma disputa na sociedade civil, no âmbito da cultura, que, para Gramsci:

²⁰ HÖHN, Daiane. Entrevista concedida de forma remota a Aline Alessandra Zimmer da Paz Pereira em 7 de outubro de 2021. Arquivo MP4, acervo da autora.

²¹ PELOSO, *Op. Cit.*, p. 63.

²² GRAMSCI, A. *O Leitor de Gramsci*: escritos escolhidos: 1916-1935. COUTINHO, C. N. (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 153.

É organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior: e é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres.²³

Para Raymond Williams, é através das formas culturais que as pessoas tomam consciência de conflitos sociais. Pensando especificamente nas *arpilleras* do MAB, elas constituem uma atividade que não ocorre fora dos espaços de discussão, ao contrário, são parte do entendimento de análise. É através desse novo código que o movimento tem ampliado a participação das mulheres, estimulando a tomada de consciência e confiança em si mesmas.

Williams (1979)²⁴ ressalta a ênfase, dentro do marxismo, da criatividade humana e a autocriação. Para ele, a prática criativa é nossa consciência prática, que “quando se converte em luta – a luta ativa em posse de uma nova consciência por meio de novas relações que constituem a ênfase inextirpável do sentido marxista de autocriação – pode adotar numerosas formas”²⁵.

Ao desvelar, através da costura conjunta da *arpillera*, as raízes das violações vividas – de classe e de gênero – as arpilleristas do MAB buscam expressar-se de outras maneiras, com seus próprios códigos. Comprometem-se, assim, na práxis que implica a ação e a reflexão do mundo para transformá-lo.

Referências bibliográficas

ARPILLERAS: atingidas por barragens bordando a resistência. Memorial da América Latina, 2015.

Catálogo. Disponível em:

https://issuu.com/mabnacional/docs/cat__logo_mab_arpilleras_bordando__/28. Acesso em: 22 ago. 2020.

ARPILLERAS: atingidas por barragens bordando a resistência. Documentário. Direção do Coletivo de Mulheres do MAB, 2017. 103 min, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PEu-AATb3TU> Acesso em: 21 jul. 2020.

ARPILLERAS, COLECCIÓN DEL MUSEO DE LA MEMORIA Y LOS DERECHOS HUMANOS. Catálogo. 2 ed. Santiago: Ochos Libros Editores, 2019. Disponível em: <https://cedoc.museodelamemoria.cl/catalogo-arpilleras-fue-presentado-en-museo-de-la-memoria/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

ARPILLERAS DA RESISTÊNCIA POLÍTICA CHILENA. Curadoria: Roberta Bacic. Apresentação: Paulo Abrão – Brasília - Biblioteca Nacional, 2012. Catálogo. Disponível em:

²³ *Ibidem*, p. 54.

²⁴ WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 236.

²⁵ *Ibidem*, p. 243.

<https://arpillerasdaresistencia.files.wordpress.com/2012/01/catalogo-eletronico-arpilleras1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. Comissão Especial “Atingidos por Barragens”. **Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://mab.org.br/wp-content/uploads/2020/06/RELATO%CC%80RIO-DE-DH-Atingidos_relatoriofinalaprovadoemplenario_22_11_10.pdf. Acesso em: 14 out. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, A. **O Leitor de Gramsci**: escritos escolhidos: 1916-1935. COUTINHO, C. N. (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HOOKS, b. **Ensinando a transgredir**: educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

IEA. **Residential electricity prices in selected economies**. Paris, 2018. Disponível em: <https://www.iea.org/data-and-statistics/charts/residential-electricity-prices-in-selected-economies-2018>. Acesso em: 24 out. 2021.

PELOSO, R.; BOGO, A. **Método de Trabalho de Base e Organização Popular**. Setor de Formação, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2009.

PORTUGAL, J. **Memórias de Resistência**: arte e oralidade de mulheres atingidas pela UHE Belo Monte (PA). 2018. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6829278. Acesso em: 26 set. 2020.

VIA CAMPESINA. [Site oficial]. [Harare], 2021. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2018/03/List-of-members.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

VITAL, E. Arpilleras y empoderamiento: de afectadas a defensoras de derechos humanos. *In*: LA EMBARCADA ARTIVISTA: Arteterapia y activismo. **Atas...** Foro de la Paz de la Capital Europea de la Cultura Donostia-San Sebastián, Fundación Museo de La Paz de Guernica, 2016. Disponível em: https://issuu.com/gernikagogoratuz/docs/embarcada_itsasoratze_artibista. Acesso em: 21 ago. 2020.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.